

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA - GOIÁS.**REF. RECURSO DA ATA DE SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 – PROC. ADM. Nº 157658/2025**

PEDREIRA HVB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.642.280/0001-06, com matriz na GO-020, KM18, Zona Rural Bela Vista de Goiás, CEP 75240.000, por seu representante legal, vem, tempestivamente, conforme permitido nos termos da Lei nº 14.133/21 à presença de Vossa Senhoria a fim de RECORRER da habilitação da empresa CONCEITO ASFALTOS LTDA., pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

O pregão destinava-se para aquisição de MASSA ASFÁLTICA (CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) para manutenção/conservação de vias urbanas do Município de Piracanjuba, Estado de Goiás.

A detentora da melhor oferta, sagrando-se vencedora, foi a empresa CONCEITO ASFALTOS LTDA, nos dois itens (emulsão asfáltica e CBUQ). Desta forma, a empresa provisoriamente vencedora não poderá fornecer o objeto pelas seguintes razões. Vejamos:

DAS IRREGULARIDADES DA EMPRESA CONCEITO ASFALTOS LTDA

A Empresa **CONCEITO ASFALTOS LTDA.**, CNPJ sob o nº 47.334.900/0001-39, com sede na ROD-GO 330, KM 310 a direita 700 metros, sentido Anápolis Campo Limpo de Goiás, CEP 74.160-000, zona rural, **não apresentou os documentos necessários para habilitação** na Sessão Pública para contratação de empresa especializada em fornecimento de CBUQ devendo ser descredenciada pelos seguintes motivos:

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DA EMPRESA FORNECEDORA/FABRICANTE DO CBUQ

A empresa não atendeu a alínea b) do item IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do Edital.

Quanto ao item “b)”, por não ser a própria distribuidora, vê-se que a licitante habilitada **não comprovou a origem do produto mediante termo de compromisso** a ser fornecido pela empresa distribuidora de emulsão asfáltica, juntamente com a sua autorização da ANP, apresentando apenas documento de autorização nº 442 da ANP para a empresa CBAA – ASFALTOS LTDA., Diário Oficial da União do dia 25/06/2019.

O processo licitatório deve ser pautado, entre outros, pelos princípios de isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Ou seja, aos interessados em participar dos certames públicos, devem ser tratados absolutamente iguais, sem que haja nenhuma distinção entre os concorrentes e todos devem estar submetidos às normas legais e ao edital.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

(...) é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p. 416)

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que:

“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentário à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 49 ed., p. 305).

No que tange à qualificação técnica da licitante, cumpre ressaltar princípio basilar, norteador da atividade administrativa, qual seja o da eficiência. Ressalta-se que a não

apresentação do documento, alhures mencionado, afronta o edital de modo a violar o já citado princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consoante decisão do STJ, vejamos:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. **O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital;** esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/63. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (RESP 1178657) (grifo nosso).

No quadro comparativo dos dispositivos da nova lei de licitação nº 14.133/21, o art. 41 citado acima, corresponde ao art. 164 da nova lei de licitações:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

In casu, pertinente é o pedido de habilitação da empresa Recorrente visto que, o objetivo de todo e qualquer processo licitatório deve estar vinculado ao instrumento licitatório (art. 5º da nova lei de licitações, nº 14.133/21), pois esse é responsável por indicar as necessidades atinentes aos serviços que deverão ser prestados. Ao reformar a decisão e convocar a próxima empresa, a Comissão Permanente de Licitações estará não apenas em conformidade com os princípios da legalidade, mas também atuando em benefício da Administração Pública.

A correta habilitação da Recorrente assegura que a contratação se dará com base em critérios objetivos e rigorosos, respeitando as regras estabelecidas e contribuindo para a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública.

Desta forma, inexistindo a apresentação do documento necessário, requer pela inabilitação da empresa provisoriamente vencedora.

Pelo exposto, requer pela inabilitação da empresa em razão da não comprovação da sua qualificação para fins de habilitação.

DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se seja o presente RECURSO julgado procedente, com efeito de considerar INABILITADA a empresa **CONCEITO ASFALTOS LTDA.** pelas razões acima expostas, não cumprindo a qualificação NECESSÁRIA E PREVISTA em Edital, ou que seja aberto diligências necessárias para a fiel análise da empresa.

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia, 21 de fevereiro de 2025.

PEDREIRA HVB LTDA
09.642.280/0001-06